



A CRIANÇA NO PAPEL DE HERÓI

THE CHILD IN THE ROLE OF HERO

¹Gisele Cristina Laranjeira, ²Orientadora: Prof.^a Hebe de Camargo Bernardo

RESUMO: O artigo trata do conflito entre as máscaras sociais (*personas*) e o Eu, a personalidade integral de um indivíduo, dentro do grupo familiar e focado na construção dos arquétipos de Pai, Mãe e o Herói, atribuído ao(s) filho(s). A representação dos papéis sociais é determinante para o comportamento adequado na sociedade, onde precisamos nos adaptar às situações diversas. Porém, quando a *persona* (o papel social) se estabelece com maior força que a própria identidade, o conflito entre esse papel e o Eu verdadeiro gera a patologia e o sofrimento psíquico. A pesquisa aponta que a falha da constituição de um ego fortalecido que não sucumba à construção de *personas* adequadas ao meio social, é em geral proveniente às expectativas das figuras parentais e à interpretação errônea, pelos membros da família, dos papéis arquetípicos inseridos em suas relações.

PALAVRAS-CHAVE: Papel social. Persona. Arquétipo.

ABSTRACT: *The article addresses the conflict between the social masks (personae) and the self, the integral personality of a person, inside a familiar group and it's focused about the construction of the Archetypes of Father, Mother and Hero, the last one assigned to the children. The representation of social roles is crucial to proper behavior in society where we need to adapt to different situations. However, when the personae (the social role) is established with greater strength than his/her own identity, the conflict between this role and the real self creates the pathology and psychological distress. The research shows that the failure of the establishment of a strengthened ego that does not succumb to the construction of appropriate personae to the social environment, is generally from the expectations of parental figures and the misinterpretation, by the members of the family, about the archetypal roles in their relationships.*

KEY WORDS: Social role. Personae. Archetype.

1 Graduada em Psicologia pela Universidade Guarulhos.

2 Psicóloga, professora da Universidade Guarulhos, Lato Sensu em Comunicação, Arte e Educação pela Faculdade Paulista de Arte, Aluna do Programa de Mestrado em Artes Visuais na UNESP.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A semente deste trabalho surgiu no encontro entre o homem mítico e o real, que se torna palpável quando observamos no atendimento clínico (e fora dele) indivíduos presos às suas visões arquetípicas inquebráveis, preenchidas de expectativas por papéis que jamais seriam realmente satisfeitos por qualquer ser humano.

É confortável à psique poder identificar o que aquele indivíduo nos apresenta, projetar nele nossa própria compreensão de sua qualidade e, portanto, confiar em suas respostas, ações e disposições. Em outras palavras, buscamos nos preparar para a interferência que aquele sujeito terá em nosso meio. Da mesma forma, é extremamente desconfortável ao mundo psíquico de um indivíduo ser contrariado de suas figuras arquetípicas. Como olhar para a figura que contradiz a imagem moldada em suas mentes, sem que haja sofrimento nesse processo? Em uma sociedade que cultua suas máscaras acima do conteúdo subjetivo, reclamar essa essência arquetípica é reencontrar o que há de humano nos papéis que buscamos desempenhar todos os dias, e eis o objetivo desse trabalho.

Tendo a presente pesquisa como base a Teoria Analítica, apresentada por Carl Gustav Jung e associada a demais autores, cabe aqui descrever brevemente os fundamentos teóricos que serão utilizados, prevenindo posteriores enganos.

Conceito de Arquétipo

O Arquétipo é, essencialmente, uma imagem simbólica que possui significado comum a todo ser humano, com o aspecto de

significado primitivo que surge inconsciente ao indivíduo civilizado, através de imagens reconhecíveis a qualquer outro indivíduo do planeta. Para se compreender o que de fato significa um Arquétipo, se faz necessária uma breve explicação sobre o conceito de Inconsciente Coletivo, conforme este é apresentado pela teoria junguiana.

O inconsciente coletivo - até onde nos é possível julgar - parece ser constituído de algo semelhante a temas ou imagens de natureza mitológica, e, por esta razão, os mitos dos povos são os verdadeiros expoentes do inconsciente coletivo. Toda a mitologia seria uma espécie de projeção do inconsciente coletivo. [...] Do mesmo modo como as constelações foram projetadas no céu, assim, também outras figuras semelhantes foram projetadas nas lendas e nos contos de fadas ou em personagens históricas. Por isso, podemos estudar o inconsciente coletivo de duas maneiras: na mitologia ou na análise do indivíduo (JUNG, 1984, p.325).

A parte do indivíduo que acumula suas experiências traumáticas pessoais e reprimidas fica denominada de **Inconsciente Pessoal**, enquanto que em um espaço ainda mais profundo da psique humana, o **Inconsciente Coletivo** é o segmento que carrega como “heranças” os pensamentos e experiências inerentes à condição humana. Parte dessa herança são os Arquétipos. Em melhores palavras, Campbell (1990, p.62) diz que “a partir desse solo comum, constitui-se o que



Jung chama de arquétipos, que são as idéias em comum dos mitos”. Segundo o autor, os arquétipos são idéias elementares que apareceram sob diferentes roupagens, em qualquer parte do mundo e em diferentes épocas da história da humanidade.

Conceito de Persona

Uma das maiores qualidades do ser humano é sua capacidade de adaptação. O homem se adapta ao meio em que vive através de ferramentas para lidar com o frio, o calor, a fome e a sede. Mas além das necessidades fisiológicas, o ser humano também é capaz de se adaptar a situações diferentes, que exijam dele características comportamentais diferentes, ou seja, é capaz de assumir papéis diferentes. Esses papéis são nossas *Personas*.

A palavra *persona* vem do grego *per sonare* (soar através de) e significa **máscara**. Whitmont (1969, p.140) explica que essas máscaras representam os papéis que “desempenhamos no palco do mundo; são as máscaras que carregamos durante todo esse jogo de viver na realidade exterior”.

Conceito de Representação Social

A representação social, ou papel social, é um modelo de conduta pré-determinado pela cultura dominante de uma sociedade, organização ou religião. Essa representação está enraizada no pensamento coletivo, e por muitas vezes é o que gera os conceitos de “normalidade” e “fora do padrão”. O estudo dessa interação grupo-ator, sendo ator aquele que tem a ação e reflete a representação social, foi aprofundado por Goffman (1985).

Para o autor, a representação se caracteriza quando um sujeito passa a interpretar aquele papel social diante de um grupo expectador por um período de tempo.

Quando um indivíduo representa um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pede-lhes para acreditarem que o personagem que vêem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as consequências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser. Concordando com isso, há o ponto de vista popular de que o indivíduo faz sua representação e dá seu espetáculo “para benefício de outros”. (GOFFMAN, 1985, p.25)

O papel social não é apenas uma aparência ou uma interpretação, mas sim a representação daquilo que o sujeito pretende ser para administrar e devolver ao meio social em que está inserido o que lhe foi projetado em forma de expectativas. Dessa forma o sujeito passa então a desenhar sobre seu “eu” a postura esperada pelo papel que lhe foi atribuído.

OS ARQUÉTIPOS E OS PAPÉIS SOCIAIS DENTRO DA FAMÍLIA

E agora perguntar-me-ão: O que dizer dos eventos mais corriqueiros, das realidades mais imediatas e mais próximas de nós, como o



marido, a mulher, o pai, a mãe, os filhos? Os fatos mais comuns da vida quotidiana, que se repetem eternamente, produzem os arquétipos mais poderosos, cuja atividade incessante é imediatamente reconhecível em toda parte, mesmo em nossa época racionalista. (JUNG, 1984, p.336)

Jung (1984, p.336) considera a presença dos Arquétipos como parte fundamental da concepção de “família” e sua representação social. Isso porque a família é pautada em figuras fundamentais na construção de um psiquismo, e essas figuras enquanto Arquétipos atribuem um valor significativo na constituição do Homem, enquanto raça e enquanto indivíduo. A Mãe e o Pai são personagens não apenas do mundo individual, mas de toda a humanidade, que construiu ao longo do tempo inúmeros mitos a respeito desses Arquétipos, em figuras políticas (o Estado, os Reis e Rainhas) e/ou religiosas (os Deuses, a figura de Um Deus, os Sacerdotes). O Herói, atribuído ao filho, é também um tema tão recorrente – pelas nossas necessidades individuais e sociais – que se antes ele povoava a Mitologia e os contos de fadas, hoje nos cansamos de ver seu tema disposto em nossas telas de televisão e de cinema, e sua presença é constante nos livros de História, em heróis de guerra, mártires e mesmo os “descobridores” das nações pelo planeta.

Aos olhos da criança, os pais são seres perfeitos e supremos, que tudo podem dar a ela e tudo podem tirar dela. Jung (2000, p.77) explica que no psiquismo infantil existe “uma imagem especular inconsciente dos pais que não se assemelharia a eles [os filhos] e até

lhes seria completamente estranha e desproporcional, tal como um homem comparado a Deus”. Essa imagem é, na primeira infância, supervalorizada, e posteriormente reprimida com as censuras sexuais naturais do período edípico. Porém, permanecem no inconsciente do indivíduo, as figuras divinas e exaltadas, que podem gerar os mais diversos tipos de complexos de acordo com a qualidade das relações que a criança pôde manter com essas imagens.

O Arquétipo Mãe e Seu Papel Social Atual

Como todo arquétipo, o materno também possui uma variedade incalculável de aspectos. Menciono apenas algumas das formas mais características: a própria mãe e a avó; a madrasta e a sogra; uma mulher qualquer com a qual nos relacionamos, bem como a ama-de-leite ou ama-seca, a antepassada e a mulher branca; no sentimento da transferência mais elevada, a deusa, especialmente a mãe de Deus, [...].

Esta enumeração não pretende ser completa. Ela apenas indica os traços essenciais do arquétipo materno. Seus atributos são o “maternal”: simplesmente a mágica autoridade do feminino; a sabedoria e a elevação espiritual além da razão; o bondoso, o que cuida, o que sustenta, o que proporciona as condições de crescimento, fertilidade e alimento; o lugar da transformação mágica, do renascimento; o instinto e o impulso favoráveis; o secre-



to, o oculto, o obscuro, o abissal, o mundo dos mortos, o devorador, sedutor e venenoso, o apavorante e fatal. (JUNG, 2000, p.91 – 92)

O Arquétipo Mãe aparece como divindade desde os primórdios, a partir da própria história das religiões, como cita Jung (2000, p.87) dentro das manifestações da Grande-Mãe ou Deusa-Mãe. Para os gregos, a figura da Mãe se fundamentou em Hera, patrona dos casamentos, da família e da fertilidade, sendo associada à proteção do lar e da mulher. Acreditavam ser uma Deusa muito rigorosa, conhecida por seu temperamento ciumento e personalidade implacável. De forma muito semelhante, a deusa nórdica Frigga era cultuada como protetora da família, das mães e das donas-de-casa, e trazia consigo as dádivas da fertilidade, do amor e da união. Além disso, tal como a deusa grega, possuía forte temperamento e incontestável autoridade.

Campbell (1990, p.184) afirma que “a mulher dá à luz, assim como da terra se originam as plantas. A mãe alimenta como o fazem as plantas. Assim, a magia da mãe e a magia da terra são a mesma coisa. Relacionam-se”. Podemos dizer que, simbolicamente, é a Mãe que tudo pode nos oferecer, pois retém em si o alimento e é capaz de colhê-lo de seu seio para o filho, tal como essas Deusas eram capazes de prover a colheita na agricultura dos seus povos.

Segundo Reis (1984, p.37) a função fundamental da mãe vem do próprio estado de incompletude psíquica e biológica no qual nasce o homem, que o torna estritamente dependente da figura materna por um longo período de tempo, em comparação aos outros animais. Essa associação da Mãe como pa-

pel provedor das necessidades do indivíduo se expande na compreensão das necessidades biológicas básicas (nutrição, calor) tanto quanto das subjetivas e emocionais.

Além da função de fundo biológico, existe na Mãe um papel emocional de extrema importância. Segundo Bruschini (1989, p.2) a figura materna desempenha papéis sociais voltados principalmente para os assuntos internos da família. Se Frigga era responsável em tecer a união das pessoas, e Hera em preservar a harmonia dos lares, instituiu-se em nosso inconsciente a Mãe como a entidade zeladora e acolhedora da instituição familiar.

O Arquétipo Pai e Seu Papel Social Atual

Para começar, sabemos que Deus é um substituto paterno, ou mais corretamente, que ele é um pai exaltado, ou, ainda, que constitui a cópia de um pai tal como este é visto e experimentado na infância, e pela humanidade em sua pré-história, tal como pai da horda primitiva e primeva. (FREUD, 1923/1996, p.10)

Deus grego dos raios, Zeus, era associado à justiça e à lei, e sua palavra era suprema entre deuses e mortais. Segundo Pouzadouz (2001), para aqueles que o deus julgava merecedores, convidava-os a se juntarem no Monte Olimpo ou os transformava em estrelas no Céu. Na mitologia nórdica, segundo Franchini e Seganfredo (1964) Odin era o Deus-Rei que podia observar a todos em todos os lugares de seu trono mágico, e através de seus dois corvos, Hugin (Pensamento) e Munin (Memória), sabia de tudo



que acontecia. Aos que julgava heróis, Odin mandava suas filhas – as Valquírias – buscá-los para ingressarem seu castelo chamado Vahala. Ambos os deuses possuíam muitos romances e filhos fora do casamento, respectivamente com Hera e Frigga, e para fugir da vigilância constante das ciumentas deusas, esses deuses podiam assumir diversas formas humanas e de animais.

Como governantes supremos, Zeus e Odin tinham a incumbência de promover a todos a paz e a proteção dentro de seus reinos, que podemos entender como seus próprios lares. Segundo Freitas et al. (2009, p.88) “O paternalismo é uma categoria social, que reconhece no pai provedor o modelo de homem a ser seguido por meio dos papéis sociais que ele deve exercer”. O autor prossegue o pensamento, afirmando que:

A ideologia patriarcal [surge] como uma pressão social sobre o homem, gerada pela imposição de papéis que, quando não cumpridos, põem em xeque sua masculinidade. Embora tal representação traga consigo a referência do pai que ampara, não permitindo que o filho sofra, é vivida internamente pelo homem de modo paradoxal, pois se dá quase sempre distante da dimensão afetiva pai-filho. Isso denota que, para esses homens, os aspectos subjetivos relacionados com o amor, carinho e afeto não são a priori associados ao significado de pai. Sob esse ponto de vista, o modelo de pai provedor é o modelo do bom pai, imagem esperada socialmente pelo homem.

(Freitas et al., 2009, p.88)

Em sua teoria sobre o Complexo de Édipo, Freud (1923/1996, p.45) evidencia que o pai é uma figura na qual a criança (no caso, o menino) logo entra em conflito, ao perceber que ele se põe como obstáculo em relação o seu objeto de amor, a mãe. Ao mesmo tempo em que o pai é visto como um alvo de identificação para o indivíduo em formação, ele também é o **limitador** daquilo que esse indivíduo pode buscar e alcançar, instituindo as primeiras noções de **regras e leis** ao psiquismo infantil. No caso da menina, o pai diz “não” ao desejo edípico de forma ainda mais direta, ao ter a mãe como parceira e não a filha. Para ambos os casos, o papel do pai, simbolicamente, é de quem impõe a realidade, que está absolutamente acima dos desejos da criança.

Segundo Reis (1984, p.39) [...] “a própria figura do pai é ambivalente: se, de um lado, ela é temida, por outro ela é admirada por sua força e poder. Decorre daí o processo de identificação com o pai”. A criança se identifica com a figura Pai, e é através da sua autoridade que aprende as ações permitidas ou não pela sociedade em que está inserida. De forma semelhante, esses Deuses eram simbolicamente identificados pelos povos que os adoravam como gestores das leis a serem seguidas. A disseminação de comportamentos sociais provinha do temor e/ ou do respeito às divindades, pois era através da vontade de não irritar ou ofender esses Deuses que os antigos mantinham diversos costumes e tradições.

Como contam os mitos, muitos dos filhos de Zeus e Odin se tornam heróis, reis ou sábios, o que simboliza o êxito na busca de um status maior e é, em verdade, a busca pela



identificação feita às figuras paternas. Campbell (1990, p.183) descreve que “encontrar o pai tem a ver com o encontro do seu próprio caráter e do seu próprio destino. [...] Portanto, a procura do pai simboliza a descoberta do seu destino”. A identificação com a figura paterna, exaltada e temida, é uma condição saudável que auxilia no desenvolvimento da criança

Segundo Jung (2000, p.212) “nos sonhos, é de uma figura paterna que provêm convicções decisivas, proibições e conselhos”. Dessa forma, a imagem paterna quando positiva guia o indivíduo de acordo com a sua projeção de Ego, ou seja, do que é certo e errado. O Arquétipo Pai é essencial na construção de uma identidade capaz de compreender os limites e a lei da sociedade em que vive, trazendo consigo o papel de direcionar e mesmo punir os comportamentos da criança.

O Arquétipo Criança e Sua Representação Na Família

Um aspecto fundamental do motivo da criança é o seu caráter de futuro. A criança é o futuro em potencial. Por isto a ocorrência do motivo da criança na psicologia do indivíduo significa em regra geral uma antecipação de desenvolvimentos futuros, mesmo que pareça tratar-se à primeira vista de uma configuração retrospectiva. A vida é um fluxo, um fluir para o futuro e não um dique que estanca e faz refluir. Não admira, portanto, que tantas vezes os salvadores míticos são crianças divinas. Isto corresponde exatamente às expe-

riências da psicologia do indivíduo, as quais mostram que a “criança” prepara uma futura transformação da personalidade. No processo de individuação antecipa uma figura proveniente da síntese dos elementos conscientes e inconscientes da personalidade. É, portanto, um símbolo de unificação dos opostos, um mediador, ou um portador da salvação, um propiciador de completitude. (JUNG, 2000, p.165)

Jung (2000, p.165-166) apresenta que a criança pode aparecer, arquetipicamente, de duas formas: a criança-deus ou a criança herói. Isso porque essa união de passado e futuro, de frágil e poderoso, de carência e invulnerabilidade da criança atinge o inconsciente adulto em seus próprios complexos ainda não trabalhados.

Se por um lado a criança retoma questões esquecidas na infância, e por outro, ela também simboliza o futuro que ainda pode ser alcançado, de forma divina ou heróica (logo, impassível ao erro), não é difícil para que os pais, cujos complexos da fase infante ainda latejam no inconsciente, transfiram, projetem, enfim vistam a sua própria criança (o filho, sua extensão, sua continuidade) desses conteúdos. **Esperam, portanto, que essa criança se incuba da missão heróica de resgatar o passado através do futuro que ela representa.** O papel da criança enquanto Herói seria, dentro desse mecanismo psíquico projetado, dar aos pais aquilo que lhes faltou ou retirar o que lhes excedeu na infância (o cumprimento do que gerou os complexos em atividade).



Whitmont (1969, p.140) afirma que durante a infância, os papéis que a criança se intera são determinados pelas expectativas dos pais, pois a criança está em busca da aprovação dos mais velhos. Seu comportamento é designado por essas expectativas, que gera o primeiro padrão de formação do ego e, por consequência, o primeiro padrão de *personas*. Nesse momento, as projeções dos pais na criança são absorvidas, e passam a atuar **como se** fossem parte inata da personalidade da criança, quando na verdade é apenas projetada.

Goffman (1985, p.51) explana que, ao atuar um papel social, o indivíduo passa a controlar seu comportamento de tal modo que quaisquer características que possam ser incompatíveis com seu objetivo de atuação possam ser dissimuladas ou desprezadas. Assim, ainda que determinado comportamento, pensamento ou emoção faça parte de sua estrutura psíquica íntegra, caso não esteja de acordo com o papel que lhe cabe, certamente, será sublimado ou mesmo atacado pelo próprio indivíduo, em função da manutenção do papel. A criança, ciente do papel que lhe é designado (as expectativas parentais), absorve para si tal representação como parte de sua personalidade, ainda que não seja.

Nesse momento, a personagem, que antes era um papel social, uma *persona* destinada a cumprir determinada função no convívio social, passa a inteirar a personalidade do indivíduo, e deixa de ser máscara para ser assimilada como essência pessoal, como caráter individual. O indivíduo não é o seu próprio Eu, é sim a sua própria Máscara.

Para Hall (1986, p.25) quando a *persona* é representada de forma saudável, é ca-

paz de trazer à tona a verdadeira natureza do ego de forma aperfeiçoada e mais adequada ao meio. Porém, quando o indivíduo se apresenta exageradamente sob sua máscara, “em substituição ao desenvolvimento de um ego adequado, ou se for usada para esconder a verdadeira natureza do ego, podem surgir estados patológicos”. É o desequilíbrio psíquico entre a real personalidade do sujeito versus a realidade representada (o papel ou máscara) que gera o sofrimento psicológico. Esse sofrimento pode ainda ser agravado por situações internas ou externas que desestabilizem a máscara social.

A criança também é ciente de sua representação não apenas para si, mas para a família e seu grupo social. Goffman (1985, p.223) cita que não é somente a desvalorização da imagem do indivíduo, mas da reputação de todo o grupo, no caso, da família, que está em cheque. Uma frágil representação de seu papel não apenas diminuiria a criança diante dos pais, mas também significaria permitir que toda a família se colocasse em uma situação social desagradável. “Quebrar a máscara” não significaria apenas desfazer-se do papel que lhe foi incumbido; significaria desapontar, ofender e mesmo humilhar todos os envolvidos na **representação social** que era de incumbência do indivíduo. É falhar com os outros e consigo mesmo.

O Arquétipo Herói e A Criança

O Herói é aquele que salva, liberta ou descobre uma solução que traga valiosos ganhos para um grupo, uma sociedade ou para o mundo inteiro. Campbell (1990, p.137) cita que “o herói é alguém que deu a própria vida por algo maior que ele mesmo”, que pode ser



a obtenção de um objeto precioso, o resgate de uma vítima, a salvação de um povo ou a glória de uma vitória.

Para Goffman (1985, p.25) “há o ponto de vista popular de que o indivíduo faz sua representação e dá seu espetáculo para benefício dos outros”. Uma representação não é feita apenas para si mesmo, e o indivíduo se adapta ao Arquétipo de Herói primeiramente para atender à expectativa do outro. O Herói busca satisfazer o outro, no caso da presente pesquisa, para satisfazer as expectativas das figuras de Mãe e Pai.

Os exemplos aqui dados partem de duas figuras mitológicas de heróis, pareados com personagens conhecidos da ficção e que podem ser reconhecidos facilmente no nosso convívio.

HÉRCULES: CIÚMES E CULPA

Filho de Zeus e Alcmena (uma mortal), Hércules era alvo do terrível ciúme de Hera, real esposa de seu pai. Certa vez a Deusa lançou-lhe ao espírito um acesso de ira e loucura, e fora de si Hércules matou seus próprios filhos. Sendo desperto por Athena, o herói buscou a redenção no famoso Oráculo de Delfos, que lhe mandou cumprir 12 anos de servidão ao rei Euristeu, seu primo. O rei, induzido por Hera, impôs ao Herói 12 trabalhos “impossíveis” de se realizar, mas Hércules, que herdou do pai uma força sobre-humana, obteve sucesso em todos os trabalhos.

Baseada na teoria de Melanie Klein sobre os conceitos de “Ciúmes e Inveja”, Segal (1975, p.52) explica que o ciúme é uma força baseada na relação tríplice do indivíduo, o objeto amado e o outro que lhe é rival desse amor, e que deve ser removido da relação.

Explica-se o comportamento de Hera a buscar induzir a remoção de Hércules – personificação da *outra mulher* que fora sua mãe – de sua relação com o marido Zeus.

No entanto, Hércules não se revoltou contra Hera por seu destino ou pelo crime cometido contra seus próprios filhos. Ao contrário, buscou expiar a culpa através do seu próprio sofrimento, uma das condutas típicas do Arquétipo Herói. Para Freud (1980 p.45), “o ideal do ego impõe severas condições à satisfação da libido por meio de objetos”, e essa idealização impõe ao objeto seu conceito ideal, e censura toda forma diferente a esse, considerando-os incompatíveis à sua satisfação. Em outras palavras, aquilo que não é ideal e perfeito, não serve. Projetando-se nesse papel idealizado, o Herói se submete à rigidez de um processo penoso, para que através de sua expiação e sofrimento pudesse se tornar digno aos olhos de Hera (a Mãe).

Na novela “Escrito nas Estrelas”, de Elizabeth Jhin e exibida pela Rede Globo (2010), o personagem Tadeu reflete bem o Arquétipo do Herói, paralelo ao mito de Hércules. Tadeu é uma criança de classe média-alta do Rio de Janeiro, bastante apegado ao pai, que também é atencioso e amoroso com o filho. Possui uma irmã mais nova e sua mãe se mostra uma pessoa cheia de preconceitos, pouco ligada aos filhos e obsessiva quanto à manutenção do seu casamento. Com a separação, a mãe, Judite, fica inconformada e tenta usar os filhos para trazer o pai, Guilherme, de volta. A mãe pede aos filhos que se façam de doentes, que façam cenas de ciúmes e inventem mentiras para abalar emocionalmente o pai, fazendo-o sentir culpa pelo “abandono”. Tadeu tenta cumprir todas as tarefas que a mãe lhe impõe, buscando assim obter o



amor dela e a felicidade de ter os pais juntos novamente. A estória se desenrola enquanto Tadeu enfrenta fortes conflitos morais para atender as exigências da mãe e ao mesmo tempo não ter que enganar o pai.

Hércules se vê obrigado a cumprir os 12 trabalhos impostos pelo Rei Euristeu, em busca da expiação de sua culpa e pelo reconhecimento dos deuses. Considerando que nas relações arquetípicas, os Deuses, as figuras de Zeus e da própria Hera, associam-se simbolicamente o Pai e a Mãe, Hércules busca o reconhecimento do Pai e o amor da Mãe-madrasta, realizando os famosos trabalhos. Tadeu, investido do Arquétipo Herói, se incumbe de todas as tarefas determinadas pela Mãe para dois objetivos: a restituição do casamento e o amor incondicional da Mãe.

Primeiro, o sofrimento da criança advém da tentativa de sanar uma dívida que não lhe pertence, pois não lhe cabe a responsabilidade da separação (ou reconciliação) de um casal. Essa tentativa, se frustrada, acarretará em culpa e, o processo de luto pela separação dos pais se intensificará de forma significativa ao lidar com a perda também do amor da Mãe, que está condicionado ao êxito dessa restituição. É um estado de grande sofrimento psíquico para a criança que, e se, poderá se dar conta de que apesar de todos os seus esforços, o amor da Mãe jamais será alcançado. A Mãe, no caso, não possui recursos emocionais suficientes para desvincular a figura do Filho à do próprio Pai, já mesclados ao amor e ao ódio, à sensação de abandono e do ciúme, para se voltar a essa criança como Mãe verdadeiramente, acolhendo e suprindo de recursos positivos o psiquismo ainda em formação dessa criança.

BRUNHILDE: PROJEÇÃO DA EXPECTATIVA

Uma das nove Valquírias, Brunhilde, foi a filha predileta de Odin. Franchini e Seganfredo (1964) a traduzem dentro da ópera de Wagner, onde essa relação é descrita do ponto de vista de suas irmãs:

Mas, embora conscientes desta predileção, nenhuma delas chega a dedicar a Brunhilde qualquer sentimento de inveja ou de animosidade. Na verdade, elas preferem manterem-se assim, à parte, livres da influência ativa e dominadora do pai, pois sabem que, se por um lado, ele dedica a Brunhilde a parte maior da sua atenção - e de sua afeição -, também não é menos verdade, que lhe dedica a parte pior deste afeto: o sentimento de posse e domínio, um sentimento capaz de arruinar qualquer relacionamento pessoal ou divino. (FRANCHINI; SEGANFREDO, 1964, p.234 e 235)

Segundo a lenda (Franchini e Seganfredo, 1964) Brunhilde desobedece a uma ordem de seu pai Odin: a de assassinar o irmão Sigmund, por desonrar a pureza do casamento ao cometer o incesto. Apesar da má conduta, única na vida cheia de virtudes e boas ações de Sigmund, o próprio Odin também era a favor da vida do grande herói, mas Frigg, a Deusa protetora da família, insiste no castigo do filho bastardo do marido. No fim, o próprio deus mata Sigmund e castiga Brunhilde, tirando-lhe a imortalidade e a jogando



num sono ininterrupto, guardado por um castelo envolto por chamas e um dragão.

Como paralelo, a história no filme “A Filha do General” (*The General's Daughter*, no original, 1999), fala da Capitã Elizabeth Campbell, filha prodígio do General Joseph Campbell. A moça se forma no exército, para orgulho do pai, sempre com as melhores notas e o melhor desempenho em todas as atividades que se dispunha a fazer. Porém, quando ela se torna vítima de abuso sexual em um treinamento de campo na base militar (dirigida pelo próprio pai), Elizabeth é destituída de seu direito de opinar e pedir justiça. O pai a culpa por ter sido desejada pelos demais soldados, e a proíbe de buscar justiça pelos culpados à sua violência, pois um escândalo poderia arruinar a imagem de sua base e a sua própria reputação. Esse silêncio imposto à jovem lhe traz um sofrimento terrível, até finalmente culminar num ato violento que levará à sua morte.

O Pai é a figura arquetípica de justiça, mas permite que o senso de justiça seja aniquilado, tanto matando injustamente o irmão Sigmund, tanto através do silencioso consenso à violência física e emocional de um estupro. As duas heroínas são destituídas de sua identidade como indivíduo pensante e formador de opiniões próprias, para dar lugar ao poder absoluto do Pai.

Essas filhas, fontes de um orgulho abusivo, não eram consideradas indivíduos prodígios, mas sim, extensões do poder e do orgulho próprio de seus pais. Por ser a filha favorita de Odin, Brunhilde é alvo de suas mais altas expectativas, que quando não supridas, geram o ódio e a revolta do Deus, que a pune severamente. Da mesma forma, Elizabeth é castigada e sublimada pela necessi-

dade do pai-General (figura simbólica de um deus como Odin) de manter a ordem, o senso dos bons costumes e da imagem de uma família perfeita. Essa imagem de perfeição e pureza imaculável da família é imposta na mitologia pela deusa Frigga, e no filme, pelo jogo político e pelo Estado.

Goffman (1975, p.34) observa que determinados status ou papéis sociais tomam formas “institucionalizadas” a partir das expectativas estereotipadas que se têm desses papéis. A idealização abstrata de quem assiste do “como deve ser” estipula restritamente o desenrolar do comportamento adequado de quem está atuando aquele papel. A criança vista como o Herói dentro de uma família carrega o peso da perfeição constante, não podendo agir dentro de suas próprias regras e crenças. Ter uma visão que se distingue daquela que a figura parental possui é confrontá-la e diminuir a validade de todo um afeto exagerado e supervalorizado. Internamente, a criança-Herói acredita que deve satisfazer todas as expectativas dos pais, indiferente às próprias expectativas sobre si mesma e o mundo que a rodeia.

A criança como herói na família

Campbell (1986, p.140) afirma que “não haveria proeza heróica se não houvesse um ato supremo de realização”, ou seja, é a partir da necessidade de superação, de desenvolvimento e ir de encontro a um estágio superior, que se projeta o arquétipo do Herói. O autor relata a Mãe como símbolo do aspecto feminino da fertilidade, da doação, da sensibilidade e do cuidar, enquanto o Pai traz o papel daquele que possui o conhecimento da lei e da ordem sob a qual a sociedade se projeta.



O arquétipo não apenas estabelece uma função primordial de um papel (pai, mãe e herói) como atravessa as barreiras sumárias de uma interpretação social. Não se trata, simplesmente, de um aspecto interpretativo de como deve ser uma mãe, um pai ou um herói, mas sim do complexo de mitos e expressões que carregamos acerca de sua constituição imagética, daquilo que realmente aquela imagem nos diz, o que ela significa para cada um.

Segundo Whitmont (1975, p.140) “temos de aprender a nos adaptar às exigências culturais e coletivas em conformidade com nosso papel na sociedade – com nossa ocupação ou profissão ou posição social – e ainda ser nós mesmos.” Isto é, buscar incessantemente o equilíbrio entre a máscara social e a manutenção do Eu.

Nessa linha de pensamento, Goffman (1986, p.158) afirma que “o consenso funcional e a manutenção pública de posição é a regra.” Para o autor, a personificação de um papel depende, sumariamente, da sociedade para qual é apresentada, para que objetivo e quais as normas sociais atribuídas à situação. Ele cita que “embora essa representação seja acolhida com relação ao indivíduo, de modo que lhe é atribuída uma personalidade, este ‘eu’ não se origina de seu possuidor, mas da cena inteira de sua ação”. Apesar de a máscara estar sendo interpretada e assimilada por um indivíduo, na realidade ela faz parte de todo o grupo e de seu cenário, e está diretamente ligada aos fatores influenciadores dos mesmos.

Jung (2000, p.166) apresenta o estágio negativo dessa disposição psíquica, que chamou de “estágio da pluralidade”, onde “um eu talvez esteja presente, mas ainda não pode experimentar a sua totalidade no quadro

de sua própria personalidade, a não ser no âmbito da família, da tribo ou da nação”. O indivíduo se encontra em maior contato com sua identificação com o meio social, e no processo acaba perdendo o contato com o seu próprio *Eu*.

A criança é um indivíduo em formação, e, portanto, seu Ego também está em formação e nesse momento, todas as suas influências são determinantes. Whitmont (1969, p.140) alerta que é tão necessário desenvolver adequadamente as *personas* quanto o próprio Ego. Quando esse desenvolvimento paralelo fracassa, e a *persona* se torna mais “forte” ou relevante que a própria identidade, forma-se o chamado pseudo-ego, que segundo as palavras do autor, é “o padrão de personalidade [que] se baseia na imitação estereotipada ou numa atuação meramente zelosa em relação ao papel atribuído coletivamente à vida da pessoa.” O pseudo-ego apresenta um perigo para a constituição e preservação do Eu. A mediação entre o papel social arquetípico e o desenvolvimento do Eu deve ser realizada através dos pais ou das figuras parentais, que constituem as bases do processo cognitivo de um psiquismo. Ele explica que quando não há canalização adequada do funcionamento arquetípico, “o poder arquetípico não pode ser integrado numa maneira de viver adequada, sobretudo em termos de experiência emocional. Ele se torna um complexo patológico, um perigo obsessivo.” Segundo Whitmont, (1969, p.47) “esses complexos tendem a se estabelecer de uma maneira inadaptada, primitiva, regressiva, compulsiva e destrutiva. Isso resulta no que chamamos de distúrbios neuróticos ou psicóticos.”

Os papéis de Pai e Mãe não são apenas figuras arquetípicas de imenso significado mí-



tico, mas são significativos na construção do psiquismo da criança e de sua mediação com todos os demais papéis que a sociedade poderá lhe apresentar ou mesmo exigir. A fraca mediação desses papéis na construção de uma personalidade traz malefícios à constituição do Eu e à formação da identidade individual. A criança, presente em seu primeiro grupo social que é a família, busca nela seus aspectos de identificação e continuidade, para construir em si mesma os moldes do que é o comportamento adequado, as expectativas apropriadas e a disposição necessária para continuar a integrar esse grupo e, mais tarde, o grupo da sociedade em si.

Quando o papel social se consolida na criança como uma presença mais poderosa que a sua própria personalidade, o psiquismo fragilizado irá se voltar ao atendimento das demandas dessa família, dessa sociedade, ou seja, as demandas que lhe são externas e atribuídas ao seu papel. As demandas internas, as necessidades desse Eu, não serão atendidas. Essa identidade se volta ao Arquétipo do Herói de forma negativa e inadaptada, constituindo um complexo psicológico e, conseqüentemente, o sofrimento dessa criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresentou a importância do equilíbrio entre a elaboração das máscaras sociais, com o desenvolvimento psíquico do indivíduo, a constituição da identidade e do Eu. As *personas* não devem se opor ou sublimar o Eu real, a essência psíquica individual do sujeito. Quando a máscara é mais “real” que o Eu, o indivíduo perde sua identidade, se tornando a superficialidade de seu papel social, como se o estereótipo de

sua própria personalidade. Ao perder o contato com o Eu, esse psiquismo entra em desequilíbrio, em sofrimento, e por consequência, surgem as neuroses, as psicoses, as psicopatologias.

A criança, investida da máscara arquetípica de Herói, busca se adaptar ao grupo da família como qualquer outro indivíduo o faz com suas representações sociais. Da mesma forma, quando essa criança perde na representação do Herói o contato com a sua própria identidade, seu psiquismo entra em grave risco patológico. A criança, mais que qualquer outro indivíduo, precisa nesse momento das figuras parentais que a direcionem de forma saudável de encontro com seu Eu e o equilíbrio com suas representações.

Mas, se esses pais estão também engajados em manter a representação do Herói para satisfações individuais, a criança não dispende de recursos internos suficientes tenderá à psicopatologia. Quando a perspectiva de sua representação simbólica é mais alta que a visão individual, ou seja, quando a criança é vista mais como o símbolo de extensão do futuro do que como um indivíduo único, as expectativas dos pais se investem com tamanha força na criança que ela nada pode, dentro de seus recursos psicológicos ainda não consolidados, além de imitar essa expectativa: tornar-se a representação divina ou heróica do futuro.

A criança-Herói é despida do Eu real para se transformar na representação de um futuro adequado às expectativas parentais. A criança perde, ironicamente, a sua própria capacidade de buscar um futuro, pois não há um Eu que possa vivenciá-lo ou mesmo idealizá-lo. O futuro heróico se dispõe à necessidade maior de um grupo, de um povo ou



uma sociedade, não cabendo ao próprio herói buscar a satisfação pessoal. O futuro pertence ao Outro, aos Deuses, à sociedade, e o Herói nada tem a buscar no futuro além do seu próprio ato heróico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A FILHA do general. Produção de Jonathan D. Krane e Simon West. São Paulo: Paramount Pictures, 1999. 1 DVD Player (116 min.), DVD, Ntsc-M, son., color. Legendado. Port. BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-23, 1989.

CAMPBELL, J. **O Poder do Mito**. Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1990.

ESCRITO NAS ESTRELAS. Novela de Elizabeth Jhin. Rio de Janeiro. Rede Globo de Televisão, 2010.

FRANCHINI, A. S.; SEGANFREDO, Carmen. **As Melhores Histórias da Mitologia Nórdica**. 7. ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1964. FREITAS, W. M. F. et al. Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 85-90, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n1/6868.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2010.

FREUD, S. **O Ego, o ID e outros trabalhos**. Edição Standard. Rio de Janeiro: Imago, 1923. v. 9.

FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980. GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na vida Cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.

HALL, J. A. **A Experiência Junguiana: Análise e Individuação**. São Paulo: Cultrix, 1986. JUNG, C. G. **A Natureza da Psique**. Tradução de Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha. Petrópolis: Vozes, 1984. v. 8.

_____. **O Eu e o Inconsciente**. Tradução de Dora Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo / CG. Jung**. Tradução de Maria Lúzia Appy e Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000.

POUZADOUZ, Claude. **Contos e lendas da mitologia grega**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

REIS, Alberto Olavo Advincula. Parte I Teorias da Personalidade em Sigmund Freud. In: REIS, Alberto Olavo Advincula; MAGALHÃES, Lúcia Maria Azevedo; GONÇALVES, Waldir Lourenço. **Temas Básicos da Psicologia: teorias da Personalidade em Freud, Reich e Jung**. São Paulo: EPU, 1984. v. 7. p.2-61.

SEGAL, H. **Introdução à obra de Melanie Klein**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WHITMONT, Edward C. **A Busca do Símbolo: Conceitos Básicos de Psicologia Analítica**. São Paulo: Cultrix, 1969.